

JORNALISMO AMBIENTAL: QUANDO O DISCURSO OFICIAL E O DA MÍDIA SE FUNDEM¹

Letícia Arantes Jury²
Josana de Castro Peixoto³
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a relação entre o discurso oficial e sua reprodução pelos principais portais de notícias do Estado de Goiás: O Popular, Diário da Manhã e Opção. A metodologia da Análise do Discurso é empregada com a finalidade de observar os impactos e reflexos. Busca-se, com esta pesquisa, avançar nos estudos sobre o papel da mídia como garantidora do direito do cidadão à informação correta, pautada pela veracidade e com o propósito de promover o interesse público. Os resultados nos mostram que não há pluralidade de vozes e que a reprodução do discurso oficial não contribui para a preservação do bioma.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Ambiental; Ciências Ambientais; Análise do Discurso; Preservação do Cerrado; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa nos desafia a compreender não apenas as palavras que compõem um texto jornalístico, mas também os sentidos linguísticos e históricos que são produzidos. O sentido do texto precede as próprias palavras, e a análise busca interpretar esses significados. O material jornalístico é considerado um objeto histórico e socialmente relevante, não se limitando apenas à sua importância documental, mas também envolvendo discursos, relações com outros textos e condições de produção.

Segundo Orlandi (2020), a mídia é um grande evento discursivo que circula a linguagem e impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação. A mídia reorganiza o trabalho intelectual e a leitura, trazendo à tona a discussão sobre os sentidos. O discurso jornalístico não é neutro, mas sim material e instrumento no domínio da informação, atuando em uma dupla lógica: econômica, como mercadoria de notícias, e simbólica, construindo a opinião pública.

Girardi (2018) destaca que é função do jornalismo ambiental apresentar uma visão sistêmica dos fatos, lidar com a complexidade dos eventos ambientais, abranger a diversidade dos saberes tradicionais e não se limitar as fontes oficiais. Além disso, deve defender a biodiversidade e a vida, assumindo assim um papel educativo, cidadão e

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (Perspectivas contemporâneas de pesquisa a partir do Jornalismo Ambiental), evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

²Mestra em Comunicação UFG (GO). Doutoranda (UniEvangélica). leticiajury@gmail.com

³Doutora em Biologia (UFG).

transformador. As reportagens ambientais desempenham um papel social importante, baseado na informação e na formação cidadã, a fim de se tornarem uma ferramenta de defesa da sociedade e garantirem a implementação de políticas públicas.

Baseado no exposto acima, definimos três portais de notícias do Estado de Goiás para conduzirmos a Análise do Discurso, sendo eles, O Popular, Diário da Manhã e Opção. Buscamos como corpus de pesquisa três matérias que foram publicadas sobre a notícia oficial divulgada pelo governo do Estado de Goiás denominado de ‘Desmatamento Zero’, em setembro de 2023.

Busca-se, com esta pesquisa, avançar nos estudos sobre o papel da mídia como garantidora do direito do cidadão à informação correta, pautada pela veracidade e com o propósito de promover o interesse público em temáticas ambientais. A pesquisa nos mostra que não há pluralidade de vozes e que a reprodução do discurso oficial não contribui para a preservação do bioma.

2 - A NOTÍCIA OFICIAL

Conforme proposta pela nossa pesquisa, analisamos a matéria oficial publicada na Agência Cora Coralina, intitulada ‘Pioneiro, governo assina pacto para zerar desmatamento ilegal’. O lead da matéria informa que o Governo de Goiás assinou um pacto para eliminar o desmatamento ilegal em todo território goiano até 2030. Destaca-se que esta iniciativa é inédita no país e foi realizada conjuntamente com entes públicos, privados, produtores, entidades do agronegócio, bem como representantes da economia mineral e industrial.

É perceptível a intenção institucional do departamento de comunicação em enfatizar palavras como "zerar", "o prazo de sete anos", assim como o caráter “inédito e pioneiro da ação”, o que leva o leitor a identificar o governador como o principal interessado em resolver o problema da devastação do Cerrado. No entanto, o ponto mais forte do trecho “é a união de agentes de diversas esferas, direta ou indiretamente ligados às atividades de exploração do bioma”. São 63 entidades, incluindo sindicatos, associações, federações e cooperativas, que endossam o documento, segundo a matéria oficial.

Em destaque está a frase do governador Ronaldo Caiado, que melhor representa o discurso institucional, buscando desconstruir a ideia, já enraizada no imaginário

popular e no senso comum, de que o agronegócio é o único responsável pela destruição do Cerrado. A matéria traz três subtítulos: Desmatamento, com tópicos das estratégias, que serão implementadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad); Iniciativa Inédita, que enfatiza o compromisso mútuo das instituições, que assinaram o pacto e destaca que a ação é efetiva e real; e Proteção, que em síntese apresenta que desde 2019, o Governo do Estado implementa iniciativas para combater a degradação ambiental.

3 - A PAUTA NA IMPRENSA

O título da matéria publicada no jornal O Popular, ‘Governo de Goiás firma pacto com o setor produtivo para zerar desmatamento até 2030’, leva o leitor a compreender que o setor produtivo é o responsável pelo desmatamento, por isso o Governo de Goiás, que está na posição de executor da política pública de proteção ambiental, propôs o acordo. O subtítulo explica que a iniciativa conta com o apoio de 63 entidades e informa que em cinco anos, 63 mil hectares foram desmatados.

No lead, o protagonismo do Governo de Goiás, que se compromete a zerar o desmatamento ilegal; e nos parágrafos seguinte o jornal reproduz a fala oficial do governador Ronaldo Caiado, sobre o respeito ao Código Florestal, além de outras autoridades oficiais. Observamos que o discurso do jornal O Popular é oficial e segue a matéria publicada no site do Governo do Estado. Ele traz a fala do governador Ronaldo Caiado, que diz ser possível cumprir a lei, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento do estado e do país. E que isso deve acontecer em parceria com os produtores rurais. A matéria é publicada em um contexto factual, de um evento de lançamento da política pública que busca conter o desmatamento.

Ao destacar a fala do governador: "O estado tem que ser parceiro, ativo, competente e eficiente para responder às demandas do cidadão. No momento em que você é uma estrutura que complica e dificulta o acesso do cidadão àquilo que é de propriedade dele, ele vai pagar propina para poder ver o projeto dele caminhar", o jornal sugere implicitamente que a responsabilidade não recai apenas sobre o poder público, mas também sobre a corrupção que existe quando as políticas públicas são ineficientes.

Não há diversidade de vozes (polifonia) na matéria. O portal não procurou entrevistar fontes de diferentes áreas, como economia, meio ambiente, história,

sociologia ou pesquisadores, por exemplo, para oferecer aos leitores uma análise abrangente do pacto. Seria interessante abordar sua importância, viabilidade a curto, médio e longo prazo, efetividade e métodos de controle. A matéria é exclusivamente oficial e reflete o discurso definido pela assessoria de comunicação do Governo do Estado.

Ao analisarmos o jornal Diário da Manhã, percebemos que ele é mais cauteloso, ao utilizar o verbo pretender: “Goiás pretende zerar desmatamento ilegal em sete anos”. Ao contrário do O Popular, que trouxe as falas oficiais no início do texto, o Diário da Manhã apresenta as estratégias para atingir o objetivo proposto pelo pacto, que são: promover atividades de educação ambiental, aprimorar o Cadastro Anual Rural, formar incentivos para as práticas sustentáveis, incentivar a agricultura de baixo carbono, dentre outros. Neste sentido, a primeira fala oficial é da secretária Andréia Vulcanis, que destaca o planejamento de ações.

Logo após o intertítulo, Lei, é que vem a fala do governador Ronaldo Caiado, que traz diferentes das demais matérias analisadas, o destaque: “As pessoas não podem alegar desinformação, e muito menos desconhecimento dessas exigências. Aqueles que não o praticarem, serão tratados no rigor da lei do Código Florestal”, o que demonstra o reforço ao discurso de cumprimento da lei, em combate ao desmatamento.

Da forma como a matéria foi escrita, o leitor compreende que há um planejamento definido de ação para concretizar a política pública. É possível também inferir a preocupação ambiental, uma vez que a matéria inicia com propostas concretas de preservação do bioma. Não há polifonia, apenas as falas oficiais dos gestores públicos. Não é uma matéria analítica, que poderia, por exemplo, confirmar ou refutar as propostas apresentadas.

Diferentemente dos dois veículos de comunicação mencionados anteriormente, o Opção não destaca a foto oficial da assinatura do Pacto, mas sim da secretária de meio ambiente, Andréia Vulcanis. O título da matéria foi ‘Com pacto com setor produtivo, Goiás quer zerar desmatamento ilegal em sete anos’ e assim como em O Popular, o destaque foi dado à meta de redução, que tem como fonte o Governo de Goiás, sendo publicado o mesmo infográfico.

O texto foi inteiramente construído com base no discurso oficial do lançamento do programa. Não há polifonia de vozes, e a finalidade e o propósito foram ressaltar o

discurso oficial do governo do estado, por meio da entrevista com a titular da pasta, que revelou que, atualmente, Goiás mantém 30 mil hectares de desmatamento ilegal por ano. A estratégia para reduzir esse índice será apoiada em quatro pontos principais, os quais foram elencados detalhadamente na matéria, reafirmando assim o tratamento informativo e factual dado ao tema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que o jornalismo desenvolva capacidades e habilidades para que o leitor possa ter uma compreensão crítica da realidade. As análises empreendidas neste estudo mostram que, apesar dos esforços dos jornalistas em ter uma visão sistêmica dos fatos e lidar com a complexidade das pautas ambientais, ainda há muito a avançar, e a oficialidade ainda é muito presente em todos os textos.

Embora cumpram sua finalidade, as matérias são frias, burocráticas e pouco focadas no cidadão e na defesa de seus direitos. O foco está na transmissão de informação, com análises de especialistas, sem dar voz ao cidadão, que é invisibilizado em todas as discussões e nas respectivas matérias analisadas.

O jornalismo ambiental com foco na política em Goiás informa sobre políticas públicas, mas não considera a complexidade do tema, a perspectiva histórica e o debate com foco na educação ambiental, devido à falta de periodicidade, sendo publicadas apenas quando um fato oficial precisa ser repercutido.

É por isso que, dentre as nossas contribuições com este estudo, está a observação de que em tempos de tecnologia, inovação, interatividade e, sobretudo, das redes sociais, não basta ao jornalista dominar as técnicas do jornalismo tradicional. A mídia traz a informação sobre políticas públicas no Estado de Goiás, mas poucas notícias rompem com a agenda das instituições oficiais.

A sociedade tem o direito de ser bem informada, mas a atividade social e a finalidade pública do jornalismo ambiental precisam ser reavaliadas pelos veículos e profissionais de comunicação, para que o Jornalismo Ambiental não seja apenas uma reprodução do discurso oficial.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO DA MANHÃ. **Goiás pretende zerar desmatamento em sete anos.**

Disponível em

<https://www.dm.com.br/goias/goias-pretende-zerar-desmatamento-ilegal-em-sete-anos-128302>. Acesso em 24 abr. 2024.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. In: **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. pp. 13-24.

O POPULAR. **Governo de Goiás firma pacto com setor produtivo para zerar desmatamento até 2030.** Disponível em

<https://opopular.com.br/cidades/governo-de-goias-firma-pacto-com-setor-produtivo-para-zerar-desmatamento-ate-2030-1.3063403>. Acesso em 24 abr. 2024.

OPÇÃO. **Com pacto com setor produtivo, Goiás quer zerar desmatamento ilegal em sete anos.** Disponível em

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/com-pacto-com-setor-produtivo-goias-quer-zerar-desmatamento-ilegal-em-sete-anos-527990/>. Acesso em 24 abr. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020. pp. 35-43.